

# ANEXO I

**PROJETO DE EXTENSÃO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS/NÚCLEO DE AÇÕES  
AFIRMATIVAS, DIVERSIDADE E EQUIDADE  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO/ COORDENADORIA DE  
APOIO À DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL**

**PROJETO DE EXTENSÃO**

**TÍTULO: DOCÊNCIA E GESTÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR  
INTERCULTURAL INDÍGENA**

**Coordenador(a): Maria Cristina M. Alencar  
Ano: 2019**

Marabá-PA, 2019.

*Handwritten signatures and initials*

## PROJETO DE EXTENSÃO

<b>1 IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>	
TÍTULO DO PROJETO:	Docência e gestão em educação escolar intercultural indígena
GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO (de acordo com o CNPq):	Educação
ÁREA DE CONHECIMENTO (de acordo com o CNPq):	Fundamentos da Educação
SUBÁREA (de acordo com o CNPq):	Educação Escolar Indígena
INSTITUIÇÃO:	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
INSTITUTO/CAMPUS:	Instituto de Ciências Humanas, <i>Campus</i> de Marabá
UNIDADE EXECUTORA:	Faculdade de Educação do Campo/ Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo
ENDEREÇO:	Folha 31, Quadra 7, Lote Especial S/N, Nova Marabá.
MUNICÍPIO/UF:	Marabá /PA
CEP.:	68501-970
TELEFONE:	2101-7138
COORDENADORA DO PROJETO:	Maria Cristina M. Alencar
E-MAIL:	<a href="mailto:cristinaufpa@yahoo.com.br">cristinaufpa@yahoo.com.br</a>
OUTRAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento



## PROJETO DE EXTENSÃO

2 – EQUIPE DO PROJETO						
Matrícula	Nome completo	Tipo*	Titulação Máxima	Unidade/ Departamento	**Função no Projeto	Carga Horária no Projeto
1649340	Maria Cristina Macedo Alencar	PE	Doutora	Faculdade de Educação do Campo	CD	---
2121241	Carlos Alberto Gaia Assunção	PE	Doutor	Faculdade de Educação do Campo	CL	10h
2415971	Fabiano Campelo Bechelany	PE	Doutor	Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins	CL	10h
21106893	Hiran de Moura Possas	PE	Doutor	Faculdade de Educação do Campo	CL	10 h
10177749	Jerônimo da Silva e Silva	PE	Doutor	Faculdade de Educação do Campo	CL	10h
1102772	José Sávio Bicho de Oliveira	PE	Doutor	Faculdade de Educação do Campo	CL	10h
1517280	Lucivaldo Silva da Costa	PE	Doutor	Faculdade de Educação do Campo	CL	10 h
3012621	Rosani de Fátima Fernandes	----	Doutora	Faculdade de Educação do Campo	CL	10h
2390225	Valéria Moreira Coelho Melo	PP	Doutora	Faculdade de História	CL	10h
2417111	Bernardo Tomchinsky	PP	Doutor	Faculdade de Ciências Biológicas	CL	10h
11850736	Eliane Pereira Machado Soares	PP	Doutora	Faculdade de Estudos da Linguagem	CL	10h

\*PB: Professor Bolsista de Agência de Fomento (Capes, CNPq, DAAD, etc...)

PE: Professor Permanente (lotado no centro em que pertence o projeto)

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
174

## **PROJETO DE EXTENSÃO**

PP: Professor Participante (lotado em outro centro)

PPE: Professor Participante Externo

PV: Professor Visitante

TA: Técnico Administrativo

TE: Técnico Administrativo Externo

\*\* CD: Coordenador

CL: Colaborador

CS: Consultor

### 3- RESUMO

A realização de conferências locais nas comunidades indígenas, ao longo do ano de 2017, em preparação para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI) colocou em diálogo as instituições públicas- Secretarias Municipais de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituições de Ensino Superior (IES)- que atuam no Sudeste paraense com as comunidades indígenas (ALENCAR, 2018). Nas conferências realizadas as com o povo Awaete-Parakanã, tanto a comunidade indígena quanto a Secretaria Municipal de Educação de Novo Repartimento (SEMED-NRP), expuseram a necessidade de formação específica para os profissionais, indígenas e não indígenas, que atuam na educação escolar indígena. Também solicitaram assessoria linguística e pedagógica na construção dos Projetos Político Pedagógico específicos e currículo intercultural e bilíngue para as 14 escolas Awaete-Parakanã sob a jurisdição da SEMED-NRP. A Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO), na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), apresenta em seu Projeto Pedagógico o compromisso com a construção de uma educação de qualidade e que respeite as dinâmicas socioculturais das comunidades rurais do sudeste paraense, estando inseridas na expressão “comunidades rurais” também as sociedades indígenas que constituem as territorialidades da região de atuação da UNIFESSPA. Atendendo a demanda apresentada pelas lideranças Awaete-Parakanã e a SEMED-NRP, submetemos esse projeto de extensão, cujo objetivo é contribuir com a equipe de profissionais, educadores e técnicos, da SEMED-NRP e toda a comunidade Awaete-Parakanã na construção de um projeto de educação escolar intercultural e bilíngue. Tal ação de extensão incide na ampliação da atuação da FECAMPO junto às escolas e comunidades indígenas do sudeste do Pará.

### 4 – INTRODUÇÃO

*Awaete* é a autodenominação do grupo conhecido pela sociedade não indígena como Parakanã. Esse povo vive hoje em duas Terras Indígenas (T.I.) no estado do Pará: a T.I. *Apyterewa* na região xinguana, e a T.I. Parakanã, na região tocantínia. Nesta última, atualmente vive uma população de cerca de 1.245 *Awaete* organizados em 18 aldeias, 14 delas jurisdicionadas ao município de Novo Repartimento e 04 jurisdicionadas ao município de Itupiranga. Os *Awaete* são falantes da língua por eles autodenominada *Awaete xe'eng*. Segundo a classificação genética de Rodrigues (1986) essa é uma língua Tupi que pertence ao subconjunto IV da família Tupi-Guarani, no qual também estão classificadas as línguas Suruí-Aikewara, Tapirapé, Tembê (Tenetehara), Avá (Canoeiro), Asurini do Tocantins (Akuáwa) e Guajajara (Tenetehara) (RODRIGUES, 1986).

O território dos *Awaete* foi drasticamente modificado no processo de ocupação da região, em especial com o projeto implantado pelo Estado brasileiro de exploração econômica no sudeste do Pará no contexto de um projeto maior de integração econômica e geopolítica da região amazônica colocado em curso durante a ditadura militar nos anos de 1964-1984 (FAUSTO, 2001). Dentre os projetos que impactaram diretamente o sudeste paraense está a abertura da rodovia Transamazônica, a implantação de projetos de mineração e a construção da

*[Handwritten signatures and initials]*

## PROJETO DE EXTENSÃO

Hidrelétrica de Tucuruí. Esses empreendimentos transformaram a paisagem social e ambiental da região, trazendo levas de migrantes e provocando uma profunda devastação da floresta densa que havia na área.

No ano de 1987, como forma de mitigar os impactos sofridos pelos *Awaete* da T.I. Parakanã, foi criado o Programa Parakanã (PROPKN) firmado por meio de convênio entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e ELETRONORTE. Esta última responsável pela Hidrelétrica de Tucuruí. O PROPKN assumiu o atendimento ao povo *Awaete* da T.I. Parakanã, desenvolvendo entre eles atividades indigenistas com projetos próprios de atendimento à saúde, educação e etnodesenvolvimento, além da gestão territorial.

Os *Awaete* têm escolas nas suas aldeias desde os anos 1980, quando as escolas indígenas eram assumidas pela FUNAI. Posteriormente, no fim dos anos 1990, a educação escolar *Awaete* passou a ser gerida pelo subprograma de Educação do PROPKN. Durante essa gestão foi elaborado material didático específico para a alfabetização em *Awaete xe'eng*, a partir de estudo da realidade sociolinguística do povo. A escola funcionava na aldeia com professores não indígenas contratados pelo PROPKN, segundo as temporalidades dos *Awaete* e sem interferir na dinâmica social desse povo.

Os *Awaete*, porém, demandaram qualificação para eles mesmos assumirem as suas escolas e solicitaram a mudança do subprograma de educação do PROPKN para a inserção no sistema nacional, passando a ser atendidos pela SEMED-Novo Repartimento desde o ano de 2015 quando esvaziaram as escolas das aldeias, ainda geridas pelo PROPKN, e matricularam-se nas escolas rurais de vilas próximas a suas aldeias. Nos anos de 2015 a 2017 os *Awaete* procuraram finalizar o ensino fundamental e médio nessas escolas onde, contudo, os professores não tinham formação para atuar com falantes monolíngues em *Awaete xe'eng*, no caso das crianças *Awaete* que estudavam os anos iniciais do ensino fundamental; e bilíngues, situação dos estudantes jovens e adultos.

A demanda por cursos de formação continuada para professores e técnicos de Secretarias Municipais de Educação que atuam na educação escolar do povo Parakanã-*Awaete* foi formalmente apresentada à UNIFESSPA no segundo semestre do ano de 2017, durante a realização da Conferência local de Educação Escolar indígena realizada na T.I. Parakanã, no centro de Formação *Taxaokokwera*, em preparação para a II Conferência Nacional de Educação Escolar indígena que seria realizada no fim daquele ano. Na ocasião as lideranças *Awaete* e equipe técnica da SEMED-Novo Repartimento colocaram como demanda para implementação da educação escolar indígena no município a necessidade de qualificar os professores *Awaete*, os

X

## PROJETO DE EXTENSÃO

professores não indígenas e a equipe técnica daquela secretaria com vistas a construir uma proposta específica de educação escolar *Awaete* que atendesse aos interesses daquele povo indígena e as orientações legais sobre a oferta da educação escolar indígena no Brasil.

Após a citada conferência tanto a SEMED-Novo Repartimento quanto o Programa Parakanã encaminharam ofícios à UNIFESSPA (Cf. anexo) solicitando que a universidade construísse propostas de formação continuada de cursos *latu sensu* e de extensão de modo a qualificar os profissionais que a partir do ano de 2018 atuariam nas escolas *Awaete* já inseridas no sistema municipal de ensino de Novo Repartimento.

### 5 – JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa atender a demanda dos *Awaete* pela formação de professores para atuar na educação escolar em suas aldeias.. Essa demanda expressa por lideranças desse povo foi apresentada como parte do seu interesse maior em transformar aspectos da relação historicamente estabelecida com o universo dos não indígenas. A busca por parceiros para construir um novo projeto de educação escolar é, portanto, uma iniciativa dos próprios *Awaete* e se iniciou com uma procura pela rede municipal de educação (SEMED) do município de Novo Repartimento.

Tal demanda coloca para a UNIFESSPA o desafio de realizar uma formação de professores pautada nos princípios da educação escolar indígena, isto é, uma formação que possibilite aos professores indígenas e as equipes técnicas das SEMED's construir propostas curriculares específicas para cada povo indígena, considerando os princípios da interculturalidade e da educação bilíngue, conforme o que orienta a Resolução nº 05/2012, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, que definiu as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, oferecida em instituições próprias”, como se lê no Artigo 15 dessa resolução:

§ 1º -Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Indígena, em uma perspectiva intercultural, devem ser construídos a partir dos valores e interesses etnopolíticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos.

Em 2017 a SEMED-Novo Repartimento tinha 495 estudantes *Awaete* matriculados nas escolas rurais do município, cursando o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos. Em 2018, com a criação das 14 escolas *Awaete* nas aldeias, foram contratados 56 professores,

*[Handwritten signature]*



## PROJETO DE EXTENSÃO

com diferentes níveis de formação, para assumirem as salas de aula nas 14 escolas *Awaete*. Na tabela 01 temos as informações sobre o nível de escolaridade dos docentes que atuam nas escolas *Awaete*:

**Tabela 01:** Formação dos professores que atuam nas escolas *Awaete* no município de Novo Repartimento/2018

Nível de Formação	Nº <i>Awaete</i>	Nº não indígenas	%
Ensino Superior Completo	----	17	30
Ensino Superior Incompleto	----	6	11
Ensino Médio Incompleto	03	-----	5,5
Ensino Médio Completo	-----	03	5,5
Ensino Fundamental completo	27		48
Total	30	26	100

Fonte: SEMED-Novo Repartimento/2018

Os dados da tabela 01 sobre os níveis de formação dos professores que atuam nas escolas *Awaete* demonstram a necessidade de realização de cursos de extensão que possibilitem aos docentes, *Awaete* e não indígenas, ainda não portadores de diplomas de Graduação, participarem de processos formativos nos quais possam refletir sobre os princípios da educação escolar indígena, da interculturalidade e da educação bilíngue, assumindo a construção de uma proposta específica de educação escolar *Awaete*.

As discussões sobre educação escolar na perspectiva da formação continuada de professores têm mostrado a complexidade dessa tarefa, bem como a necessidade de envolvimento de instituições de ensino superior para as ações de qualificação de professores da educação básica. “Não é diferente com a educação escolar indígena, considerada em relação às demais modalidades de ensino por suas similitudes, mas, sobretudo, por suas especificidades. Ela só faz sentido se puder ser concretizada através de investimentos maciços na formação de recursos humanos” (RCNEI, 1998, p.74).

Sobre a formação específica de professores para a educação escolar indígena, a Resolução nº 003/1999, no artigo 6º, assegura que deverá ser específica, o que significa que deve ser planejada e executada a partir das competências dos conhecimentos, valores, habilidades, línguas e métodos de ensino-aprendizagem dos povos indígenas, no sentido de promover a elaboração do Projeto Político Pedagógico, currículo e programas de ensino pelos próprios professores indígenas, de acordo com as especificidades das comunidades indígenas, sendo garantida a formação dos professores indígenas em serviço.

O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) reúne fundamentos históricos, políticos, legais e antropológicos para orientar a elaboração de propostas de educação

### PROJETO DE EXTENSÃO

escolar e currículos nas escolas indígenas a partir dos seguintes princípios norteadores: (a) Multiétnicidade, a pluralidade e a diversidade: que reconhece a grande diversidade de grupos étnicos, sistemas socioculturais próprios e distintos; (b) Educação e conhecimentos indígenas: implica em pensar a escola indígena a partir da ciência dos povos, dos complexos sistemas sociais, políticos, religiosos, econômicos e jurídicos de tais sociedades; (c) Autodeterminação em contraposição aos quadros de submissão, ou seja, a educação escolar determinada pelos povos indígenas, de acordo com as especificidades e determinações das comunidades que a decidem e a gerenciam de acordo com seus propósitos. (d) Comunidade Educativa Indígena é o local de ensino-aprendizagem, porque a educação não acontece somente “em quatro paredes”, se dá nos rituais, no plantio, na colheita, nas festas, enfim, em todos os momentos da vida do grupo, por isso, tais conhecimentos devem estar integrados aos mecanismos próprios da educação tradicional.

Nesse sentido, a formação em nível de extensão dos professores para atuar nas escolas *Awaete* congregará as ciências das sociedades indígenas e os novos conhecimentos demandados pelos povos, observando a demanda dos Awaete-Parakanã pela construção de escolas que respeitem em seus processos o pressuposto da Educação Escolar Indígena ser: (1) Comunitária “porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios...” tanto no que se refere à questão administrativa, quanto pedagógica (MEC, 2002, p.24); (2) Intercultural: porque deve promover a valorização da diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, histórias e experiências socioculturais, no entendimento de que as culturas são diferentes e não superiores ou inferiores, estabelecendo diálogos construtivos com as diversas fontes de conhecimento. (3) Bilíngue/multilíngue porque todos os conhecimentos socioculturais, políticos, religiosos, são acumulados e transmitidos por meio de mais de uma língua, nesse sentido a valorização e a continuidade das línguas maternas é fundamental, associada à apropriação gradativa das múltiplas linguagens demandadas pelas comunidades como ferramenta de defesa de direitos e autodeterminação. (4) Específica e diferenciada: porque a escola deve ser concebida e planejada de acordo com as aspirações de cada povo indígena, o que significa autonomia para determinação de todos os aspectos relacionadas à educação escolarizada, ou seja, as escolas indígenas serão tão diversas quanto os povos o são.

É mister mencionar que a realização de cursos de extensão que tratem da temática da educação escolar indígena, intercultural e bilíngue é uma demanda em todo o estado do Pará, uma vez que

[...] no estado do Pará a maioria dos docentes que atuam nas aldeias são não-indígenas, em geral, não capacitados a trabalhar com especificidades da educação escolar indígena, não há na SEDUC e nas secretarias municipais de

## PROJETO DE EXTENSÃO

educação processo de seleção que contemple minimamente as necessidades das escolas indígenas (FERNANDES, 2017, p. ).

O texto constitucional, no artigo 210, garante aos povos indígenas a possibilidade de utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem nas chamadas escolas indígenas diferenciadas. Ao reconhecer que as diferentes sociedades se valem de estratégias pedagógicas específicas relacionadas às suas dinâmicas sociais e cosmológicas, a menção aos processos próprios de aprendizagem torna-se um dos aspectos mais inovadores da legislação.

O texto constitucional abriu, portanto, caminho para a oficialização de escolas indígenas diferenciadas e para políticas públicas que respondam aos direitos educacionais dos povos indígenas a uma educação intercultural, comunitária e voltada para a autodeterminação dos diferentes povos (SILVA; FERREIRA, 2001). Neste sentido, em contraponto com a postura integracionista de outrora, a legislação atual preconiza que a educação escolar indígena possa contribuir com o processo de afirmação étnica e se adeque às necessidades e expectativas dos diferentes povos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que versa sobre as bases da educação nacional, aborda a educação indígena em pelo menos dois artigos. O artigo 32 assegura “às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” e o artigo 78 dispõe que cabe ao Sistema de Ensino da União ofertar uma educação intercultural e bilíngue aos povos indígenas. Cabe ainda à União o apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para o “provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa”. A LDB avança assim em relação à oferta da educação escolar indígena, levando o Estado a adequar a educação oferecida aos povos indígenas, considerando a sua identidade étnica e promovendo o uso das línguas nativas nesses processos. Com efeito, o que se encontra na legislação ainda depara com muitas dificuldades de ser aplicado na prática.

A transferência da responsabilidade pela educação escolar indígena da FUNAI para o Ministério da Educação representou uma mudança também na gestão, cabendo agora aos estados da Federação assumirem a responsabilidade legal pela tarefa. Em 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, estabelece alguns elementos para o desenvolvimento da educação escolar indígena, como a criação de programas para a produção e publicação de material didáticos e pedagógicos específicos, mas na prática pouco se avançou nesse quesito. Como destaca Fernandes (2017, p. 26) para o caso do Pará, “a razão principal é o despreparo dos profissionais que atuam nas secretarias de educação dos municípios que concentram mais de 90% da educação escolar indígena no estado”. O que chama atenção para importância de cursos

## PROJETO DE EXTENSÃO

178

de formação nesse sentido.

Ao realizar a formação dos professores que atuam nas escolas Awaete-Parakanã da SEMED-NRP por meio de cursos de extensão a UNIFESSPA contribui para suprir uma demanda de formação regional em educação intercultural e bilíngue. Contribui também para a produção de conhecimentos e teorias nesse campo, a partir das pesquisas e reflexões orientadas pelos docentes que integram esse projeto em colaboração com os cursistas, produzindo teorias sobre currículos interculturais bilíngues, metodologias de ensino de línguas indígenas como primeira e como segunda línguas e metodologias do ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua.

O curso de extensão Docência e Gestão da Educação Escolar Indígena, demandado pelo povo *Awaete* e a SEMED-NRP, é proposto pela UNIFESSPA, por meio do Instituto de Ciências Humanas – ICH, Faculdade de Educação do Campo –FECAMPO, e será viabilizado pela cooperação com a Prefeitura de Novo Repartimento.

### 6- OBJETIVOS

**GERAL:** Possibilitar aos profissionais que atuam na educação escolar Awaete-Parakanã, professores e técnicos da SEMED do Município de Novo Repartimento, processos de reflexão sobre as dimensões históricas, político-epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias à construção de um projeto de Educação Escolar Intercultural e Bilíngue que atenda aos anseios e atuais desafios enfrentados pelo povo Awaete-Parakanã.

#### ESPECÍFICOS:

- Conhecer a história dos povos indígenas e a constituição do Estado brasileiro, com foco nas comunidades indígenas do sudeste do Pará.
- Problematizar as políticas indigenistas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, com foco nas políticas educacionais.
- Refletir sobre a pluralidade dos conceitos de interculturalidade e educação bilíngue, atentando para as orientações ético-políticas relacionadas a cada perspectiva e os consequentes resultados nas práticas educativas realizadas nas escolas indígenas.
- Compreender a pesquisa como princípio educativo e orientador da organização e funcionamento da educação escolar indígena, tendo em vista a construção de uma educação escolar *Awaete-Parakanã* comunitária, específica, bilíngue e intercultural.

### 7- METODOLOGIA

O curso de extensão em Docência e Gestão da Educação Escolar Intercultural Indígena será

*[Handwritten signature]*

## PROJETO DE EXTENSÃO

realizado por meio de módulos temáticos de estudo. Todas as atividades realizadas serão pautadas no esforço de uma formação na qual a autonomia e a autodeterminação Awaete sejam elementos fundantes. A interação entre o mundo Awaete e o mundo dos não indígenas norteará as metodologias adotadas, ressaltando-se que essa interação deve ocorrer nos termos em que os próprios Awaete procuram estabelecê-la, isto é, que devem ser eles os agentes das trocas, das escolhas e das decisões tomadas em relação a sua educação escolar.

Os módulos de formação temática serão orientados pela prática da pesquisa como princípio educativo na busca pela afirmação das identidades étnicas, dos processos próprios de ensino-aprendizagem e da construção de uma educação de qualidade que atenda aos anseios dos Awaete. Assim, será considerada a integração teoria-prática num processo de ensino pautado na reflexão-ação-reflexão em torno do contexto da Educação Básica, e contarão com encontros de estudo de material teórico, seminários temáticos, estudos de casos, atividades de campo dentre outras, selecionadas por ocasião das especificidades de cada módulo.

### 8 - ATIVIDADES PROGRAMADAS

1. Reunião com as lideranças Awaete-Parakanã e equipe da SEMED-NRP com a finalidade de discutir as ações do projeto de extensão firmar os acordos coletivos para realização de cada etapa de formação.
2. Reuniões de planejamento com a equipe do projeto para realização dos módulos temáticos de formação.
4. Realização do módulo I - História do contato entre indígenas e não-indígenas no Brasil
5. Realização do módulo II- Lutas, contatos e memórias indígenas no Sul e Sudeste do Pará
6. Realização do módulo III- Diversidade e Direitos dos Povos Indígenas no Contexto Amazônico
7. Realização do módulo IV- Memórias e Linguagens na Educação Escolar Indígena
- 8- Realização do módulo V- Organização Social Awaete, Currículo, Gestão e Funcionamento da escola Awaete
- 9- Realização do módulo VI- Currículo Intercultural e metodologias do ensino de primeira (L1) e segunda língua (L2)
- 10- Realização do módulo VII- Práticas Didático-pedagógicas diferenciadas na Educação Escolar Indígena I
- 11- Realização do módulo VIII Práticas Didático-pedagógicas Diferenciadas na Educação Escolar Indígena II
12. Apresentação de relatórios parcial e final de trabalho junto à comunidade e SEMED-NRP avaliação do projeto
10. Socialização dos resultados do projeto em eventos acadêmicos.

### 9 – METAS

10

**PROJETO DE EXTENSÃO**

1. Realizar uma reunião com as lideranças Awaete-Parakanã e equipe da SEMED-NRP com a finalidade de discutir as ações do projeto de extensão firmar os acordos coletivos para realização de cada etapa de formação.
2. Realizar oito módulos de formação temática para 40 educadores que atuam nas escolas Awaete-Parakanã.
3. Apresentação de um relatório parcial da ações executadas no Projeto de Extensão.
- 4- Apresentação de um relatórifinal da ações executadas no Projeto de Extensão.
8. Socialização em evento acadêmico dos resultados do projeto de extensão.

**10- AVALIAÇÃO**  
 A avaliação do projeto será realizada com toda a comunidade Awaete-Parakanã, equipe da SEMED-NRP e equipe de colaboradores do Projeto de extensão ao longo da realização das atividades propostas. Serão realizados momentos avaliativos ao final de cada módulo de formação temática com vistas a, quando for o caso, reorientar os conteúdos estudados e metodologias adotadas.

**11- CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (Relacionar as etapas de desenvolvimento do projeto)													
ATIVIDADES	ANO: 2019/2020												
	MESES												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Reunião com as lideranças Awaete-Parakanã e equipe da SEMED-NRP para firmar acordos coletivos.	x												
Reuniões de planejamento com a equipe do projeto para realização dos módulos temáticos de formação.	x		x		x		x		x		x		
Realização de oito módulos temáticos de formação	x	x					x	x					x
Avaliação conjunta dos efeitos esperados e alcançados	x	x					x	x					x
Relatório parcial									x				
Relatório final													x
Apresentação de resultados em eventos/periódicos											x	x	x

**12 – BIBLIOGRAFIA**

ALENCAR, Maria Cristina Macedo. **“Eu acho que os índios não querem mais falar na linguagem por causa do preconceito, não é professora!”: desafios na educação escolar intercultural bilíngue entre os Aikewara e Guarani-Mbya no sudeste do Pará.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, 2018, 384p.

BRASIL. **Congresso Nacional.** Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Ministério da Educação. 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases.** Brasília: Congresso Nacional, dezembro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação,** Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. In: Diário Oficial,

*Handwritten signature and initials*

## PROJETO DE EXTENSÃO

ano CXXIX – n° 7 – Brasília DF.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB n° 05/2012-** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: MEC, 2012.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília: MEC; SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** 7Letras, 2009.

CARVALHO, Fábio Almeida; FERNANDES, Maria Luiza; REPETTO Maxim (orgs.). **Projeto Político-Pedagógico da Licenciatura Intercultural.** Núcleo Insikiran. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

FAUSTO, Carlos. **Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia.** São Paulo : Edusp, 2001.

FERNANDES, R. F.. Sobre povos indígenas e diversidade na escola: superando estereótipos. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, Paula Mendes (Org.). **Amazônias em tempos contemporâneos: sobre diversidades e adversidades.** 1ed. Rio De Janeiro: Mórula, 2017, v. 1, p. 190-211.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. “A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil” In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Antropologia, História e Educação.** São Paulo: Global, 2001: pp.71-111.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. “Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil” In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: MEC/SECAD, 2006: pp.: 39-68.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje.** Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/ Museu Nacional, Brasília: 2006. Disponível também em <http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/>.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Inventário da legislação indigenista: 1500-1800. IN Cunha, Manuela Carneiro da (org.) **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, pp. 529-566.


QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, 107-129.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.** São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (orgs.). **Antropologia, História e Educação.** São Paulo: Global, 2001: pp.71-111.

SILVA, Claudio Emídio. **Xene ma’e imopinimawa : a experiência educativa do Programa Parakanã e suas contribuições para a afirmação da cultura, do território e da língua Parakanã.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017.

B

  
\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) do Projeto